

## Santa Catarina: a Padroeira<sup>1</sup>

*Lauro Junkes\**

Todo livro é infinito. Depois de pronto, ele toma conta de você e não você mais dele.

*Rodrigo de Haro*

Antes mesmo de iniciar-se o povoamento territorial do nosso estado, o navegador veneziano Sebastião Caboto, tendo aportado num seguro ancoradouro, denominou a ilha de Santa Catarina, talvez uma homenagem à própria Santa, talvez para perpetuar o nome da esposa Catarina Medrano. O fato é que a região do futuro estado recebera denominação que passou a ser definitiva, não prevalecendo outras tentativas de atribuir-lhe denominação diversa. E temos a satisfação de habitar a bela e abençoada terra de Santa Catarina.

Entretanto, na década de 1960, com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, em Roma, de tão transformadoras conseqüências, não tanto o nome da nossa terra, mas sim o da Santa Padroeira – Santa Catarina – chegou a balançar. Visando a uma Igreja católica mais firme e também humanamente confiável, iniciou ela um processo de desmitização dos seus próprios santos, tendo-se falado, popularmente, da “cassação” de santos, entre os quais se incluía, possivelmente, Catarina de Alexandria, nossa Padroeira. E qual o *status quaestionis* resultante? Nossa Padroeira existiu historicamente? É ela Santa ou não?

---

\* O Autor é Doutor em Teoria da Literatura pela PUC/RS, Professor Titular da UFSC, e Presidente da Academia Catarinense de Letras.

<sup>1</sup> Recensão de: 1. PEREIRA, Ney Brasil, *Santa Catarina de Alexandria*, Florianópolis, Imprensa oficial do Estado, 2002, 51 p.

2. DE HARO, Rodrigo, *Mistério de Santa Catarina ou Livro dos Emblemas de Alexandria*, Florianópolis, Ed. livros do Athanor, 2001 (2ª edição).

3. PEREIRA, Moacir, *Santa Catarina, Padroeira. Tesouros no Sinai*, Florianópolis, Ed. Insular, 2003 (2ª edição).



Para dirimir dúvidas, submetendo a uma análise racional a questão da “historicidade da nossa Padroeira”, o teólogo, professor e tradutor da Bíblia, músico e escritor Pe. Ney Brasil Pereira publicou, em 2002, no ensejo da comemoração dos 75 anos da condição de Arquidiocese de Florianópolis, um opúsculo intitulado *SANTA CATARINA DE ALEXANDRIA* (Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado).

O estudo do Pe. Ney inicia esclarecendo que, embora a região e o Estado se denominem Santa Catarina desde a época do descobrimento, na realidade apenas em 1922, respondendo a uma solicitação explícita, no ano do Centenário da Independência do Brasil, o Papa Pio XI declarou e constituiu “Santa Catarina, Virgem e Mártir, Padroeira principal da diocese de Florianópolis e co-titular da Igreja Catedral”.

Entretanto o objetivo fundamental do opúsculo passa a ser tratado quando o autor busca os elementos comprovantes da “historicidade da Santa”, nesta “época de crítica histórica acentuada”. Afinal, a Igreja pós-conciliar “cassou” apenas os santos cujos dados históricos se restringiam a mitos, não resistindo à comprovação histórica rigorosa, o que também não desfaz a possibilidade de aqueles “cassados” se terem, de fato, santificado.

Esta biografia de Santa Catarina de Alexandria, desenvolvendo uma exposição racionalmente segura, uma reflexão lúcida, e apoiando-se em todos os possíveis documentos e referências de caráter histórico, procura desfazer toda possível dúvida em relação a indagações como: Santa Catarina foi “cassada”? Santa Catarina existiu de fato ou se reduz a um mito piedoso? Estamos diante da “heroína fictícia de uma bela estória” ou podemos invocar uma pessoa de autêntica santidade?

O mérito fundamental do trabalho decorre de apresentar ele uma síntese lúcida e sólida sobre o martírio e, mesmo, sobre os aspectos insólitos que circundam a existência da santa. É evidente que documentações taxativas sobre tão distante época resultam raras e imprecisas, bem como se inviabiliza qualquer tentativa de, servindo-se de métodos e critérios atuais, analisar os possíveis milagres ligados à santa. Porém, reconhece o autor que esses “são realmente os enfeites da criatividade da devoção e do entusiasmo”, que não desmentem nem se contrapõem à “existência histórica de uma mulher cristã martirizada em Alexandria, na perseguição de Maximino”, nos inícios do século IV.

Pe. Ney apresenta uma Santa Catarina no seu ambiente real, como “jovem culta, vivendo numa cidade culta” (lembre-se de toda a aura que envolve a Biblioteca de Alexandria), que foi martirizada na época de



Diocleciano/Roma e Maximino/Egito-Alexandria. Uma das bases convincentes reside nas descrições que o historiador cristão Eusébio desenvolve na sua *História Eclesiástica*.

Quanto aos elementos da narrativa lendária, oriundos sobretudo da *Passio Ecaterinae Virginis*, do século VII ou VI, o autor os submete a exame e reflexão rigorosos, desde o nome – *Catarina*, do grego *a pura* –, passando por sua situação social e cultural, os aspectos não comprovados historicamente nem necessários para definir sua historicidade e santidade, como as “núpcias místicas” ou a “roda” de tortura que a martirizaria mas que foi despedaçada por intervenção divina, o fluxo de leite em lugar de sangue ao ter a cabeça decepada, o transporte do corpo pelos anjos para o Monte Sinai, as relíquias da Santa veneradas na abadia beneditina de La Trinité-au-Mont, perto de Rouen, na França, multiplicando o entusiasmo e a veneração popular a partir do século XI, e mesmo os diversos segmentos sociais que a invocam como padroeira – todos esses elementos, segundo os critérios mais rigorosos do autor, resultam da criatividade da devoção popular, sempre ávida por mito e magia envoltos em lances maravilhosos, não resistindo à pesquisa de uma lógica racional. Entretanto, colocados de lado, nem sub- nem superestimados, não afetam uma santidade autêntica e histórica.

O que a “crítica histórica” pode depurar, em todo esse envoltório de lendas e de maravilhoso, para testificar a historicidade de Santa Catarina de Alexandria? Primeiramente, todo o quadro da perseguição de Maximino em Alexandria é fato histórico, tendo muitos cristãos sido martirizados, entre os quais a memória inclui a jovem Catarina.

Um divisor de águas, no que se refere à documentação sobre Santa Catarina situa-se no século XI, quando a abadia beneditina de La Trinité-au-Mont, perto de Rouen, se transformou num centro de irradiação do seu culto. Se são escassos os documentos anteriores, a exemplo dos afrescos do século VII ou da *Passio Ecaterinae Virginis*, cujo original grego pode remontar ao século VI, nos séculos posteriores tornaram-se abundantes as notícias, lendas e enfeites, embora pouco sujeitos a rigorosa documentação. Como acontece na hagiografia em geral, também no caso de Santa Catarina foram-se incluindo aspectos maravilhosos e detalhes edificantes – sempre apreciados pelo povo –, cabe ao historiador acrisolar os fatos históricos, separando-os dos enfeites, como procede Pe. Ney no caso de Santa Catarina.

Enfim, o opúsculo do Pe. Ney Brasil Pereira pode tranquilizar todos os catarinenses, porque assegura que legítima é a veneração pelos catarinenses da sua Santa Padroeira.



Numa segunda parte, multiplicam-se os dados do historiador, porque acompanhamos a precisão e a propriedade do “Breve histórico” da Arquidiocese de Florianópolis, desde a presença dos primeiros franciscanos e jesuítas em nossas terras, ainda no século XVI, passando pela fundação de Desterro/Florianópolis, seu povoamento pelos açorianos, a criação do Arciprestado de Santa Catarina em 1824, a criação da Diocese de Curitiba, em 1892, à qual pertencemos, até a efetiva criação da Diocese de Florianópolis em 1908, transformada em Arquidiocese em 1927 e se desdobrando, sucessivamente, em muitas dioceses, pertencentes à Província Eclesiástica de Santa Catarina: Joinville, Lages, Tubarão, Chapecó, Caçador, Rio do Sul, Joaçaba, Criciúma e Blumenau.

Finalmente, a última parte trata da Festa da Padroeira, celebrada anualmente a 25 de novembro, relacionando hinos, orações e a missa da festa.

Ressalte-se que primorosa iconografia colorida ilustra representações diversas da Padroeira. Igualmente várias composições musicais da autoria do Pe. Ney enriquecem esse opúsculo, oportunamente publicado para que os catarinenses tenham esclarecimentos sólidos sobre a sua veneranda Padroeira.

A propósito, acrescenta-se que o catarinense dispõe de cada vez mais opções para melhor conhecer a Santa que deu nome ao Estado. Se o estudo criterioso do Pe. Ney procura depurar os aspectos lendários para assegurar e firmar a autenticidade histórica da Santa, proporcionando bases sólidas para sua veneração, dois outros recentes livros desdobram aspectos bastante diversos.

Originariamente publicado em 1992 e reeditado em 2001, dispomos de um refinado álbum artístico-poético de autoria do poeta e artista plástico Rodrigo de Haro – *MISTÉRIO DE SANTA CATARINA ou LIVRO DO EMBLEMAS DE ALEXANDRIA* (Florianópolis: Ed. Livros de Athanor). Se a Igreja católica, para conviver com o século da ciência, da tecnologia e da racionalidade, necessita comprovar a historicidade humana dos seus santos, depurando suas biografias de lendas e mistificações, a própria Igreja cultivou sempre o mistério, o insondável, o milagre e a transcendência como aspectos imprescindíveis da sua fé. E o ser humano comprova cada vez mais a necessidade de também libertar-se da pura racionalidade científica, ansiando pelo fascínio do mistério, do oculto, do enigmático, dos desafios transcendentais.

E o poeta Rodrigo de Haro, longe de reduzir Santa Catarina a uma racional historicidade, abisma-se, ao contrário, no enlevo do Mistério, no



fascínio do maravilhoso, nos desafios do emblemático, perplexo ante o inexplicável. Sem desfazer-se da razão, o poeta abre-se para o irresistível mistério da arte, embebendo-se de todos os aspectos maravilhosos da lenda. Sob outro prisma, trata-se de um livro de autêntico encantamento poético.

Em tonalidade solene, quase que de epopéia, inicia *Mistério de Santa Catarina*, com uma “Invocação” à “Forte e prodigiosa intercessora / padroeira de homens de / invenções e ofícios”. Segue a “Vida”, longa e pormenorizadamente cantada em linguagem poética, remontando a Selêuco I, General de Alexandre, de quem descende Costas, que se casa com Sabinela, batizada na nova fé, e de quem nasce Catarina. Num ritmo ponderado e ameno, entra-se no ambiente da jovem princesa, “contemplativa mas atenta”, cedo órfã de pai e disputada pelos “principais da Cilícia”, mas que se retira para Alexandria. Todo um envoltório de deusas mitológicas se consorcia com Catarina. Entretanto, aparece-lhe Maria Virgem com o Menino, que lhe coloca no dedo “um anel nupcial”, celebrando “o mistério da Boda Mística”. Agora o noivo de Catarina é outro e ela “repudia os príncipes / em perene rodopio”.

“Maxêncio é imperador do Egito”, comandado por diversas intenções: “promulga o edito / persecutório de Diocleciano”, configurando-se a “era dos mártires”. Na exposição poética, configura-se um contexto quase angélico em torno de Catarina, e o poeta aprecia embrenhar-se pelo simbólico, místico, emblemático, distanciando-se do concreto e do trivial. Porém, “o ressentimento de um pretendente rejeitado” abrirá todo um vigilante cerco à mística princesa, marcada agora pelo epíteto de “orgulhosa” crente. A prepotência de Maxêncio nada logra ante a convicta cristã que, encarcerada, “é assistida por / três anjos”. E mais, Catarina convence, em “maravilhoso colóquio”, a Imperatriz Faustina, que a visita, a solicitar o batismo, para fúria ensandecida do tirano, que ordena a decapitação da esposa – o que provoca a convicção e conversão do chefe da guarda imperial, Porfírio. Precipitam-se, então, lances sobre lances, porém em linguagem poética bem contida, de imagística bastante transparente: o interrogatório da “súdita desobediente por cinquenta/retoros sinuosos”, que também a ela se rendem, sendo decapitados, provoca prodígios.

Entretanto, Maxêncio persiste: “meu poder é maior”, tentando seduzi-la com o oferecimento da magnificência imperial, mas não se conteve ante “o silêncio de Catarina / ereta entre os decapitados / tranqüila em meio aos destroços”: vociferou a condenação final da Santa. No



entanto, quando “o mecanismo poderoso” da roda de suplício, perversão da “figura sagrada” do círculo, sob a palavra serena porém imperiosa de Catarina, é destroçado por “três anjos / em meio aos relâmpagos”, seguem-se milhares de mortes naquele dia – “*Quelle Folle Journée!*” Contudo, “muito maior foi o número de almas que encontrou / a luz”. Sem outro recurso, Catarina foi decapitada na prisão, quando, ainda, “do pescoço ceifado jorrou / apenas uma limpa golfada de leite”. Ante a cena, Porfírio, já convencido, “proclamou sua nova fé” e, junto com outros, tiveram “seus corpos decepados”, para desespero máximo de Maxêncio.

Enfim, e mais uma vez, “três anjos” suspenderam o corpo de Catarina e “alçaram vôo em direção/ ao Monte Sinai”, onde, após tantos sofrimentos e prodígios, inicia a autêntica glória da Virgem Mártir, celebrada em “hinos veneráveis do rito copta”,. É ali que hoje se ergue um convento, bem como “célebre biblioteca, / a mais rica em manuscritos da igreja / primitiva”.

Mais tarde, “a história de Catarina, / luz de Alexandria”, expandiu-se pela “abadia / beneditina de *La Trinité-au-Mont* / perto de Rouen”, irradiando pela Europa, atraindo peregrinos para suas relíquias.

A linguagem poética revela-se prodigiosa durante a recriação da veneranda vida de “Kyria Ecaterina, vem a nós”. A vivacidade da exposição, o sentimento envolvente, aliado à sobriedade discreta, os detalhes, os inúmeros epítetos caracterizadores, a persistência do símbolo emblemático, o emergir radiante de mistério insondável, imprimem um fascínio irresistível a essa “biografia” maravilhosa, na qual, sem menosprezar o critério racional, se expande todo o anseio do coração, todo o prodígio do imaginário, transfundindo o transcendente.

Após a “Vida”, sucede a “Apologia”, na qual o poeta Rodrigo de Haro faz fulgurar os emblemas, os signos herméticos, os arcanos, para evocar a Santa Catarina de outra dimensão, no autêntico *Mistério* que reveste a sua veneração, o seu padroado, a sua interação protecionista com os mortais, seus devotos, durante a história.

Finalmente, na quarta parte, os “Poemas” constituem a expressão mais sublime e específica do poeta, sua arte consumada. A partir de facetas da exposição sobre a “Vida”, seccionam-se palavras ou elementos sobre os quais a linguagem poética se expande, para muito além do circunstancial narrativo, criando imagens, associações, desdobramentos do concreto para o abstrato, do individual para o universal, do fato para a expressão da interioridade ilimitada. Da Catarina histórica, mística e mítica, a linguagem



pode desdobrar-se por imagens, pensamentos, referências múltiplas que tangenciam a experiência humana. E o poema, reino da abertura máxima, proporciona fruções as mais diversas, sem restringir-se a “explicações” interpretativas – desde os pios do “Mocho” ou das águas da “Fonte”, aparentemente distanciados do Mistério da Santa, porém com toda a envolvimento do eu poético, até “Abraxa”, “Martírio de Faustina” ou “Maxêncio rasga as vestes”, e detalhes diversos referentes ao itinerário de Catarina. Nada mais justo do que essa voz poética, após todo o enlevo místico-espiritual.

Não sejam consideradas menos importantes as “Notas” últimas, de leitura imprescindível, pois muito explanam e orientam para ampliar a criação do sentido de todo o livro, nos seus aspectos simbólicos, emblemáticos, maravilhosos, por vezes autênticas chaves dos “Mistérios” desse encanto contagiante constituído pela seqüência das várias partes.

Assim, *Mistério de Santa Catarina*, de Rodrigo de Haro, não constitui confronto em relação à *Santa Catarina de Alexandria*, do Pe. Ney Brasil Pereira. Trata-se de outra visão, agora empreendida pela arte poética, que justifica ampla expansão do sentimento, da emoção do autor, no direito específico de apreender a temática de forma muito mais subjetiva. A Santa do *Mistério*, como o próprio título justifica, não tenciona restringir-se a aspectos estritamente históricos, racionais, propostos para o convencimento do cristão sobre a santidade comprovada de uma pessoa histórica. Longe de qualquer atitude herética ou irreverência religiosa, o poeta ressalta mais o que fascina a admiração humana nessa mística esposa de Cristo. E esse maravilhoso apresenta-se tão atraente e tocante, nesse transbordar da poesia! Se ressalta profunda erudição, na pesquisa das fontes informativas, não foram estas selecionadas por critérios científico-histórico-rationais, porque as intenções do artista poeta se evidenciam diversas. A arte poética fala mais a partir do sentimento do que da razão. Ler uma obra de arte/poética admite um clínico olho racional apenas em segundo plano, porque em arte a deformação e mesmo os exageros constituem virtudes acima de frias racionalidades. Por isso, lances dramáticos e redimensionamentos emotivos são admitidos e apreciados. Leia-se, pois *Mistério de Santa Catarina* como uma vibrante expansão do coração humano, em relação à contenção sóbria e racional de *Santa Catarina de Alexandria*.

Após os dois livros acima comentados, é indispensável referir ainda um terceiro: *SANTA CATARINA, PADROEIRA - Tesouros no Sinai*, de Moacir Pereira (Florianópolis: Insular, 2003). Trata-se de uma terceira



visão sobre o mesmo tema, a mesma Santa, cada qual corporificando um texto por enfoque e linguagem bastante diversos. Moacir Pereira é jornalista e sua linguagem flui vibrante, direta, incisiva, de retórica contagiante e convincente, tão próxima ao coloquial que o leitor tem a sensação de ser ouvinte. Ressalte-se, no entanto, que as palavras introdutórias de apresentação trazem a assinatura de Pe. Ney Brasil Pereira e Rodrigo de Haro, evidenciando desde logo a perfeita comunhão harmonizadora, logicamente na diversidade, dos três escritores.

*Santa Catarina, Padroeira* apresenta-se como resultado, sobretudo, de uma viagem-peregrinação ao Mosteiro de Santa Catarina, no bíblico Monte Sinai. Todos sabemos que Santa Catarina está intimamente ligada àquela localidade que, segundo a lenda, foi mesmo escolhida pelos anjos, quando transportaram seu corpo pelos ares, após seu martírio. Em maio de 2002, num roteiro que incluía também a participação, em Roma, na Missa de canonização de nossa primeira Santa, Madre Paulina, o Governador Esperidião Amin realizou uma viagem para o Egito, a fim de visitar o Mosteiro de Santa Catarina. Moacir Pereira, entre outros, participou dessa “Pioneira Missão Catarinense no Sinai” e, como resultado, brindou-nos com esta magnífica reportagem, fruto do seu já conhecido entusiasmo, no presente caso tanto pela competência e dedicação como jornalista, como também pela “Motivação Espiritual”, que vem acentuada no seu relato.

A reportagem se corporifica num excelente livro, quase que um álbum artístico, pela quantidade e qualidade da sua iconografia, com dezenas de fotografias coloridas que, mais do que as palavras, testificam a profusão de tesouros artísticos preservados na localidade onde são veneradas as relíquias do corpo de Santa Catarina. Na solidão daquele deserto e montanhas, o turista peregrino pode deter-se por dias seguidos, a fim de abismar-se, com os monges, nos tesouros artístico-espirituais ali preservados.

As páginas do livro trazem, entremeadas, “Notas históricas” sobre a vida dessa Mulher Santa, rodeada de fatos maravilhosos. Moacir Pereira não se preocupa em selecionar apenas fatos cientificamente provados, mas deixa fluir todo o imaginário da crença popular, que se extasia ante o maravilhoso. Os dados biográficos da Santa, aliás, não resultam de ordenamentos de pesquisa e expressão pessoal, porém transcrevem passagens de autores estrangeiros, como Michael Angold, Bruce Feiler, William Ryan e até da arqueóloga brasileira Fernanda Camargo-Moro, que tentou refazer a trilha percorrida pela Sagrada Família no deserto, em sua “Fuga para o Egito”.



Trata-se, como já afirmado, de uma extensa reportagem, muito pormenorizada sobre todo o preparo da viagem, os percalços vividos pelos integrantes da missão oficial, e o prêmio obtido após cansativa viagem. Aliás, o próprio roteiro pelo deserto é minuciosamente descrito, de modo que o leitor pode tomar conhecimento de todas as peculiaridades da região e de seus habitantes. Até o moderníssimo balneário de Sharm El-Sheikh está incluído no roteiro. Destaque merecem os dois capítulos centrais: “As Maravilhas do Sinai” e “Entrando no Mosteiro”, quando “o coração acelera com aquele ambiente sagrado de reflexão. A música aquece a alma. E os olhos se fixam no Mosaico da Transfiguração, nome original do Mosteiro”. Várias transcrições de passagens de publicação oficial do Mosteiro esclarecem sobretudo o rico passado histórico.

No seu final, o livro se completa com algumas entrevistas: uma com Rodrigo de Haro, que aqui deixa a palavra fluir mais livremente do que na ponderação calculada meticulosamente no seu livro; outra do embaixador Celso Souza, que ressalta a importância do nosso relacionamento com o Egito/Mosteiro da Padroeira; uma terceira com Monsenhor Angelos Kontaxis, da Comunidade Ortodoxa Grega de Florianópolis, explicando sua extraordinária façanha de obter dos monges a doação de relíquias de Santa Catarina, trazidas para nosso Estado – peculiaridade que certamente muitos catarinenses desconhecem, como pouco sabem sobre a vida de nossa Padroeira.

Beneficiados com estes três livros somos nós, catarinenses. Temos à nossa disposição farto alimento para nossa curiosidade, nosso conhecimento, nossa emoção artística, nossa fé e veneração da Santa Padroeira. Cada qual, segundo sua intenção mais específica, fruirá com mais proveito de um ou de outro deles. Entretanto, sem dúvida, a leitura lenta e assimiladora das três exposições não causará nenhum enfado repetitivo. O teólogo historiador, o poeta e o jornalista concluíram sua parte. Agora, como ressalta Rodrigo de Haro, *o livro é infinito*. Deixe-o *tomar conta* do seu conhecimento e da sua emoção!

#### **Endereço do Autor:**

Rua Capitão Romualdo de Barros, 970  
Carvoeira  
88040-600 FLORIANÓPOLIS, SC



Eusébio de Cesaréia. **HISTÓRIA ECLESIÁSTICA**. São Paulo: Novo Século, 1999, broch., 135 x 205mm., 347 p.

*Ney Brasil Pereira\**

Muito cedo, a História Eclesiástica de Eusébio, publicada em grego nos inícios do século IV, começou a ser traduzida. Assim, já em começos do século V contamos com a tradução siríaca e, publicada em 402, a tradução latina de Rufino, bastante livre e arbitrária a juízo dos críticos, mas de tanta influência na Idade Média e mesmo depois. Em espanhol, temos uma tradução bastante precária, a partir do latim, em meados do século XVI, seguindo-se uma segunda em 1950, editada em Buenos Aires, e uma terceira, que integra a “Biblioteca de Autores Cristianos”, BAC, publicada em Madrid, em 1973.

Aqui no Brasil, de repente, na virada do século e do milênio, preencheu-se o vazio imperdoável de não termos antes, em português, essa obra clássica. Agora a temos, e não apenas numa, mas em três traduções: a da Casa Publicadora das Assembléias de Deus, CPAD, Rio de Janeiro, 1999; a da Editora Novo Século, São Paulo, 1999; e, ainda, a da editora Paulus, São Paulo, 2000, constituindo o vol. 15 da col. “Patrística”.

Já tive a oportunidade de recensar, na REB (Revista Eclesiástica Brasileira, Vozes), a tradução da CPAD (cf REB, fasc. 238, junho de 2000, pp. 477-479) e, também, a tradução da Paulus (cf REB, fasc. 246, abril de 2002, pp. 461-468). Esta última saiu também nesta revista (“Encontros Teológicos” n. 31, 2001/2, pp. 195-214) Focalizo, agora, a tradução da Editora Novo Século.

O exemplar que tenho em mãos é de 2002, mas não se informa se é uma 2ª edição, talvez revista, ou simples reimpressão da edição de 1999. Ao contrário das traduções da CPAD e da Paulus, que apareceram em volumes encadernados, a da Novo Século é uma brochura, com capa plástica colorida, apresentando uma cena de martírio, e tendo na contracapa uma notícia sobre o próprio Eusébio, a mesma que aparece como “Prefácio” da edição. A Introdução dos editores, brevíssima, em uma página, dá as informações essenciais sobre a obra.

---

\* O Recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



A tradução é de Wolfgang Fischer, do qual nada se diz: quem é, qual a sua formação acadêmica, e em que ele se baseou para o seu trabalho. Como já observei em relação à tradução da Paulus, a qual parece-me ser a versão brasileira do texto francês da col. “Sources Chrétiennes”, aqui temos nitidamente a tradução, não do original grego, mas *da versão espanhola* da BAC, citada acima, e realizada por DELGADO, Argimiro Velasco (Eusébio de Cesárea, *Historia Eclesiástica*, texto grego, versión española, 2 vols., BAC, Madrid, 1973).

Isto deveria ser dito claramente, e não o foi, ignorando-se os direitos autorais da BAC e, principalmente, iludindo-se o leitor: apresenta-se a tradução de um clássico como Eusébio sem qualquer referência ao texto-base utilizado, como se fosse obra original do tradutor brasileiro. Inclusive as Notas, praticamente todas elas, são tomadas literalmente, em geral resumidas, do original espanhol, como demonstrei a seguir. Como afirmei em relação à tradução da Paulus, é muito inverossímil, aqui no Brasil, e mesmo alhures, que haja alguém com tal conhecimento do grego clássico que seja capaz de traduzir diretamente o difícil texto de Eusébio, sem apoiar-se em traduções anteriores para outras línguas. Já a tradução da CPAD diz claramente, na p. 4, que o texto brasileiro traduz a “Eusebius’ Ecclesiastical History”, da Baker Book House (mas não se indica a cidade e país da Editora, e também não se diz quem foi o tradutor inglês): é, portanto, e não há desdouro em dizê-lo, uma tradução secundária a partir do inglês. Aqui, a Novo Século deveria ter dito claramente que a tradução de Wolfgang Fischer foi feita a partir da tradução espanhola de Delgado, da BAC.

Vejam, a título de exemplo, o primeiro parágrafo da obra, na citada tradução de Delgado: “*Es mi propósito consignar las sucesiones de los santos apóstoles y los tiempos transcurridos desde nuestro Salvador hasta nosotros; el numero y la magnitud de los hechos registrados por la historia eclesiástica...*” Agora, o mesmo parágrafo, na tradução de Fischer, que segue ao pé da letra o texto espanhol: “É meu propósito consignar as sucessões dos santos apóstolos e os tempos transcorridos desde nosso Salvador até nós: o número e a magnitude dos feitos (=fatos) registrados pela história eclesiástica...” Compare-se o mesmo parágrafo com a tradução da CPAD: “Tenho como propósito registrar as sucessões dos santos apóstolos, cobrindo o período que se estende desde o nosso Salvador até o presente: recordar de que maneira, segundo se relata, ocorreram muitas e importantes transações (!) na história eclesiástica...” E ainda, a tradução da Paulus: “A sucessão dos santos Apóstolos, assim como o intervalo de tempo entre o Salvador e nós; a enumeração de tantos e tão importantes eventos no curso da História Eclesiástica...”



À medida que fui lendo o texto de Fischer, uma vez que eu tinha em mãos o texto de Delgado, fui percebendo que a dependência do brasileiro em relação ao espanhol não tinha acontecido só nos primeiros parágrafos, mas se estendia à obra toda, inclusive às Notas, como já disse acima. A título de exemplo, vejam o início da Nota 48 de Delgado, ref. HE I, 2, 18: “Este cuadro tan pesimista de los albores de la humanidad no proviene de las Escrituras, sino de las tradiciones populares incorporadas al acervo literário y filosófico de la cultura helênica...” Eis como Fischer (Nota 21) a reproduz, sintetizando: “Esta visão tão pessimista não provém das Escrituras, mas da filosofia grega”.

Falando nas Notas, a imensa maioria delas são as referências bíblicas, que bem poderiam ter sido incorporadas ao próprio texto, como o faz a edição da Paulus. Mas também aí se verifica a dependência de Fischer em relação a Delgado: este coloca todas as referências bíblicas no rodapé.

De resto, quanto à tradução em geral, eu teria uma série de observações a fazer, mas não vou entrar em detalhes, como o fiz nas recensões anteriores, para não me alongar demais. Apesar disso, alguns exemplos: 1) a tradução literal do espanhol levou a equívocos, como em VI, 25, 8: “as vozes dos sete tronos” traduzindo “las voces de los sete truenos”, isto é, “dos sete trovões”; 2) o termo gr. *palinôdia*, que aparece várias vezes no livro VIII (13,8; 16,1; 17,1), é simplesmente transliterado, também por Delgado, quando deveria ser traduzido, como o faz Paulus e também a CPAD, por “retratação”; 3) os imperativos da 2ª pessoa, às vezes, são colocados na 3ª, embaralhando a concordância, p. ex. na p. 237 (VII, 7, 3): “*Leia* tudo o que cair em *tuas* mãos, pois *tu és*...”; na p. 81 (III, 6, 1): “*Se tomas* outra vez em *tuas* mãos o livro, *leia*...”; ou, na p. 341 (X, 6, 2), o plural em vez do singular: “*Tu*, por conseguinte, quando *acusardes* o recebimento...”; 4) aparece várias vezes a forma “presbiteriado”, em vez de “presbiterado”; “laicos”, em vez de “leigos”; “antioquenhos”, em vez de “antioquenos”; nação “judia”, em vez de “judaica” etc; 5) na p. 115, o título do “Livro IV” saiu como “Livro VI”; 6) na p. 151 (Livro V, prólogo, 2), e também na p. 164 (V, 4, 3), a obra de Eusébio intitulada “Livro dos Mártires” saiu como “Recompilação de martírios” etc.

Um detalhe interessante para nós, leitores católicos, é o fato de que Fischer – e com ele a Editora Novo Século – não evita nem interpreta o adjetivo “católico”, que Eusébio usa constantemente em relação à “Igreja católica” e à “religião católica”, querendo assim referir-se à Igreja



“comum”, a grande Igreja, espalhada pela *oikoumène* de então, para distingui-la das igrejas sectárias, heréticas. Já a edição da CPAD constantemente evita o adjetivo, substituindo-o por “universal”, “Igreja universal”... o que evidentemente não satisfaz, dada a apropriação que do adjetivo fez a IURD, a “Igreja universal” do Reino de Deus.

Concluindo, parabenizo a Editora Novo Século pelo seu lançamento da História Eclesiástica de Eusébio, apesar das observações críticas que fiz. Tratando-se de um clássico como esse, não é demais que tenhamos, agora, três versões brasileiras à disposição. Cada uma delas com suas qualidades, embora também com seus defeitos. Lembro, p. ex., que a da CPAD tem a preciosidade do “Livro dos Mártires”, do próprio Eusébio, inserido adequadamente entre os livros VIII e IX da “História”. Por outro lado, a edição peca pela absurda omissão dos números dos parágrafos de cada capítulo. Quanto à edição da Paulus, além da excelente introdução de Roque Frangiotti, os parágrafos estão devidamente assinalados, e todas as páginas pares são encimadas por uma síntese dos temas tratados; falta, porém, nas páginas ímpares, a indicação do Livro respectivo. A edição da Novo Século é mais simples, compacta, e por isso imagino que mais barata, “detalhe” nada desprezível para os nossos estudantes.

Só espero que a emulação das editoras as leve a compararem entre si estas três versões brasileiras da obra de Eusébio, para poderem aperfeiçoá-las em sua reedição. Quem sabe, com mais algumas Notas explicativas e interpretativas que ajudem o estudante ou estudioso de História da Igreja a explorar, de maneira crítica e proveitosa, este tesouro que o bispo-polígrafo de Cesaréia deixou para nós.

**Endereço do Recensor:**

ITESC – cx postal 5041  
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC  
email: [neybrasi@terra.com.br](mailto:neybrasi@terra.com.br)



Sebastião Armando Gameleira Soares e João Luiz  
Correia Júnior, **EVANGELHO DE MARCOS**, vol. I: 1-8  
“Refazer a Casa”, Col. Comentário Bíblico, Petrópolis:  
Vozes, 2002, 205 x 135 mm., 300 p.

*Ney Brasil Pereira\**

Sebastião Armando, atualmente Bispo da Igreja anglicana em Pelotas, foi meu colega nos estudos de mestrado em Ciências Bíblicas, no Pontifício Instituto Bíblico de Roma, no início da década de 70. Começou seu ministério de professor de exegese no ITER, Recife, nos tempos de Dom Hélder. É um dos colaboradores de primeira hora de Carlos Mesters, no CEBI, e participou, desde o início (1985), do projeto do “Comentário Bíblico” de Vozes e Sinodal, tendo contribuído com vários artigos nas revistas “Estudos Bíblicos” e “Ribla”. Seu comentário sobre o evangelho de Marcos era aguardado há vários anos. Afinal, com a colaboração de João Luiz, aí está a primeira parte da obra. Na mesma coleção já temos o comentário ao evangelho de João, de Johan Konings (Vozes 2000), e aguardamos o de Mateus, de Sandro Gallazzi, bem como o de Lucas, de Ivoni R. Reimer.

É sabido que Marcos e João formam as duas pontas dos quatro evangelhos: João, o mais “espiritual”, aprofundando a transcendência divina de Jesus, o Logos feito carne; e Marcos, o mais “somático”, para usarmos a terminologia de Clemente de Alexandria, é o evangelista que mais nos transmite o primeiro impacto da realidade humana do Filho de Deus. É sabido também que o evangelho de Marcos, com 16 capítulos, se divide naturalmente em duas partes mais ou menos iguais: os primeiros oito capítulos, até a confissão de Pedro em Cesaréia de Filipe (8,27-30), dominados pela pergunta insistente: “*Quem é Jesus?*”, e os oito capítulos seguintes, até a Paixão e o sepulcro vazio, trazendo-nos a resposta: “*Jesus é o Messias sofredor*”. Esta subdivisão é a adotada pelos autores, que começam comentando os oito primeiros capítulos, neste primeiro volume, ao qual deram o subtítulo: “Refazer a Casa”.

A Introdução é sucinta, em 30 páginas (pp. 11-40), abordando o contexto histórico da redação, as fontes do Evangelista (pp. 14-17), a

---

\* O Recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



pessoa de Marcos (pp. 17-19), uma “síntese da catequese de Marcos (pp. 19-32), o plano geral de todo o evangelho (pp. 33-37), e algumas “observações metodológicas” (pp. 38-40). Os autores observam que ambas as partes do evangelho se estruturam em torno de um símbolo-eixo: o primeiro é o da *Casa*, que domina toda a primeira parte (1,1—8,26); o segundo é o do *Caminho*, que dirige as atenções para Jerusalém, ponto alto do conflito de Jesus com o sistema dominante e de toda a narrativa (8,27—16,20). A *Casa*, nos capítulos 1-8, sugere “a nova prática das mãos” (p. 20), assim como o *Caminho*, “a nova prática dos pés” (p.26).

Nas pp. 34-37 os autores apresentam com detalhes o plano adotado no comentário, incluindo a segunda parte. Distinguem um “prólogo” (1,1-13) e dividem a primeira parte em três secções, quer segundo o espaço geográfico, quer pela trama do texto (1,14—3,6; 3,7—6,13; 6,14—8,26). Também a segunda parte é dividida paralelamente em três secções, quer pelo espaço geográfico quer pela trama do texto (8,27—10,52; 11,1—13,37; 14,1—16,8). Segue o “epílogo”, que é a conclusão canônica (16,9-20).

Entre as observações metodológicas (pp. 38-40), os autores advertem: Marcos não apenas quer “contar a história de Jesus”, mas “entrelaça indissolavelmente a vida de Jesus e a das primeiras comunidades”, e o faz para a instrução/catequese delas e também nossa. Por isso, o comentário tem de “desentranhar” esses “temas catequéticos, contidos no texto” (p. 38). Esse “texto” (tecido) não surgiu de repente, mas foi-se “tecendo” a partir de três referências fundamentais: 1) o contexto vital de Jesus e das comunidades; 2) a análise literária deve decodificar esse texto; 3) um texto nunca está isolado, mas, pelo contrário, insere-se *na tradição* de onde brota. Por isso, “toda leitura, por mais elementar que seja, tem de levar em conta a análise literária, a análise sociológica, e os textos paralelos. Só assim é possível alcançar, mediante o “corpo” do texto (sentido literal), o seu “espírito”, isto é, o seu sentido mais profundo, a Palavra que Deus quis comunicar “como Boa Nova e julgamento sobre nossa vida” (análise teológica ou hermenêutica).

O comentário como tal começa na p. 41, abordando em 27 páginas os 13 versículos do prólogo (1,1-13). O primeiro versículo, de capital importância “pela densidade dos termos empregados”, ocupa cinco páginas, aprofundando o sentido dos termos “princípio”, “evangelho” (substantivo caro a Marcos, que o emprega oito vezes, enquanto Lucas prefere a forma verbal “evangelizar”), “Cristo”, “Filho de Deus”. Na p. 63, ao comentar os céus “rasgados” após o batismo de Jesus, não entendi



a comparação com o “trapo imprestável”, ainda mais que Isaías a usa em outro sentido e contexto (cf Is 64,5). Na mesma página, apesar dos elementos enriquecedores, achei fraco o parágrafo em que se comenta a presença da *pomba* sobre Jesus, após o seu batismo. Aí não é a pomba que interessa, mas o *Espírito* manifestar-se sobre Jesus *como pomba*(1,10): nesse momento da sua investidura messiânica, Jesus recebe o Espírito da mansidão, da misericórdia, da não violência, até da fraqueza, apesar de ter sido apresentado por João como “mais forte” (1,7)...

Na introdução ao comentário do início da atividade de Jesus, os autores chamam a atenção para as indicações de espaço e tempo, que interagem com as pessoas: a sinagoga, o sábado, a casa, o mar, o deserto, a Galiléia... (pp. 69-70). Mostram também a contraposição entre João e Jesus: João fora o proclamador (1,4), agora é Jesus quem assume a missão de proclamar (1,14): e não simplesmente um batismo, mas o *Evangelho*, a boa notícia do *Reino*. E a comunidade, com Marcos, anunciando o *Evangelho de Jesus*, entendeu que o Reino *começou* a acontecer com a atuação dele, que por isso mesmo é o anunciador e o anunciado, e deve prosseguir com a nossa atuação (p.72).

E assim procede o excelente comentário da primeira parte de Marcos, apresentado por Sebastião e João Luiz. Riquíssimo de observações pertinentes, fiel às orientações metodológicas expostas na Introdução (pp. 38-40), sua leitura não é fácil pelo acúmulo de textos paralelos, com às vezes cansativas seqüências de citações bíblicas, que o leitor dificilmente vai compulsar na sua totalidade. Mas são indicações preciosas, que enriquecerão certamente a leitura e ajudarão a não perder de vista o “contexto”.

O primeiro milagre de Jesus em Marcos é a cura de um possesso, na sinagoga de Cafarnaum (1,21-28). Os autores a analisam sob vários ângulos, após mostrarem a estrutura da perícopa (p. 83). Mostram o significado, mais que a materialidade – a demonologia – do fato. E concluem: “*Purificar* o povo vai significar, ao longo da narração, livrá-lo do poder da instituição que o aliena (a sinagoga), libertá-lo do seu espírito, denunciar seu caráter perverso e opressor. O que Jesus pretende é atrair o povo para um novo espaço (a casa), onde serão possíveis novas relações” (p.89). De fato, “logo ao saírem da *sinagoga*”, diz Marcos, “foram à *casa* de Simão” (1,29). A propósito da cura da sogra de Simão, lemos abrangentes observações sobre a mulher em Marcos (pp. 92-94). Igualmente, sobre as implicações da cura do leproso, através do proibido toque de Jesus (1,40-45: no comentário, pp. 101-106).



Destaco o comentário da cena da vocação de Levi: “ Esta cena ajuda-nos a ver ainda mais claro o que nos quer sugerir o evangelho quando trata da vocação. É necessário redefinir os vínculos com o sistema de convivência social já a partir do lugar que cada pessoa ocupa no aparelho produtivo. A ruptura começa daí: a *conversão* é uma efetiva *inversão* de rota desde o nível básico da sobrevivência, ou seja, o nível econômico ou infra-estrutural do sistema. O novo discípulo, como Tiago e João, deverá abandonar as antigas relações simbolizadas pela profissão e pela casa do pai: Levi já não será mais “do Mar” (da coletoria) nem “de Alfeu” (seu pai): agora sua casa é a casa de Jesus” (pp. 123-124).

Na p. 134, sobre o jejum nas primeiras comunidades: “O motivo de jejuar será, porém, inteiramente novo. Será de tristeza e luto pelo noivo que lhes foi tirado, em solidariedade com um condenado pelo sistema. Representa uma tomada de posição existencial e histórica. É guardar sempre viva a memória de uma injustiça pela qual os poderes do mundo permanecem sob a acusação definitiva. Já não se trata de simples ato de piedade ou de ascese, mas de participação concreta no sofrimento de outrem. Assume-se a perspectiva já proposta por Isaías (Is 58,1-12): cada vez mais a penitência cristã significará solidariedade”.

Na p. 144, sobre a liberdade de Jesus em relação ao sábado: “O poder do *Filho do Homem* sobre o sábado corresponde ao poder também do ser humano, do *homem*, sobre o sábado (Mc 2,27-28). O comportamento de Jesus é a revelação e a indicação do que deve ser o comportamento de toda pessoa humana frente às instituições. Em nossas mãos está o poder divino de restaurar a obra da criação: restaurar a convivência, rompendo a marginalização (cf 2,10); restaurar a liberdade sobre as instituições, orientando-as a serviço das necessidades humanas.”

Comentando Mc 3,10-12, observam os autores: “Nesses versículos dramatiza-se algo que é peculiar a Marcos: a tensão entre manifestação e ocultamento. De um lado, o segredo de Jesus não pode ser divulgado, pois ainda não há condições para compreendê-lo. De outro lado, é impossível que a luz de sua nova prática não se irradie e se propague. Retira-se, mas atrai as multidões. Acolhe-as, mas mantém distância. É proclamado, mas impõe silêncio” (p.167).

Na p. 170, uma sugestiva síntese do projeto de Jesus, a propósito da instituição dos Doze (3,13-19): “Tem-se a impressão de que Jesus



pretende desencadear um grande movimento de renovação do povo sob o ideal clássico do *igualitarismo* das 12 tribos em aliança. Esse tinha sido o ideal permanente do povo pobre e camponês, desde o Antigo Testamento. Por força desse projeto, toda a história de Israel é a persistente luta entre campo e cidade, entre tribalismo e tributarismo, entre povo e trono. O modelo das 12 tribos era o oposto do que representava a monarquia (cf Jz 9; 1Sm 8). O movimento profético era o guardião dessa preciosa herança e o seu arauto mais autorizado (cf Amós, Oséias, Miquéias). É desse mundo que surge Jesus, camponês das colinas da Galiléia. A reunião das 12 tribos constitui uma das expectativas da era messiânica...”

Iniciando o comentário do capítulo 4º, sobre as parábolas, assim se expressam os autores: “As parábolas são apresentadas como espelho para que se alcance a chave de leitura da atuação de Jesus. Trata-se de ‘compreender bem *esta parábola*’, para ‘entender todas as parábolas’ (4,13). E *esta parábola* é só uma amostra de algo que se sugere sistemático e intencional (4,2). O sentido concreto do termo ‘parábola’ aqui é *enigma*... e esse, entendido como o *mistério*/segredo do Reino de Deus. Ora, diz a narrativa que o Reino vai chegando na atuação de Jesus. Logo, trata-se de interpretar o enigma da prática de Jesus” (p. 186).

Na p. 196, ao comentar a exclusão dos “de fora”, do entendimento das parábolas, se alude a Is 6,9-10, mas de maneira inclara, sem citar a passagem e sem declinar o nome do profeta. Esse texto isaiano, citado tantas vezes no Novo Testamento, merecia ser melhor focalizado. Afinal, as parábolas eram “fáceis” de entender, ou não? Pelo visto, foram pronunciadas para serem entendidas, mas a “dureza do coração” (tema insistente em Marcos) impedia o seu entendimento.

Na p. 204, uma afirmação paradoxal: “Não se trata de ‘construir’ o Reino. A semente está semeada. O que se exige é participar de um processo em ato, para o qual só está preparado quem aceita participar da ‘casa’ mediante novas relações de ‘dom’, de gratuidade, de capacidade de acolhimento... Na verdade, o Reino é a proximidade do próprio Deus que instaura a sua soberania”. Na p. 214, a propósito do “temor” dos discípulos ante o poder de Jesus que acalma a tempestade, uma frase ambígua e enigmática: “Temor é ‘esperar no amor’, é confiança e graça de Deus “...



Na p. 237, a propósito dos 12 anos da filha de Jairo, e 12 anos também da doença da hemorroíssa, os autores alegorizam demais: “O número doze associa a mulher aos doze novos patriarcas das doze tribos... os pais e as mães do povo” (!) Na p. 242 parece haver confusão entre Herodes Antipas, o mandante da execução de João Batista (6,14), e Herodes Magno, o mandante da matança dos inocentes (Mt 2,16-18, não 2,1-12).

Na p. 249, sobre a missão dos Doze (em 6,12-13): “Vê-se claramente que não se trata de ensinar alguma *doutrina* nova, mas de chamar à mudança profunda e radical de vida, e exercer ações em favor da vida, pelas quais se revela a irrupção da soberania real de Deus. A nova prática dos *pés* e das *mãos* mostra o *corpo* dos Doze como prolongamento do corpo cheio de energia divina de Jesus...” Na p. 273, a propósito da teofania na caminhada sobre as águas: “Os discípulos e nós somos chamados a contemplar, no gesto de Jesus de Nazaré, que partilha e provoca à partilha do pão, a potência messiânica daquele que ‘caminha sobre as águas’. Aqui se acham uma profunda interpelação à desalienação da religião. A potência messiânica que se revela em Jesus não é algo do mundo da fantasia ou das manifestações maravilhosas, mas tem de ser descoberta no coração da história humana: na partilha do pão com o povo necessitado, enfermo, alienado, faminto”.

O comentário termina com breve análise da cura do cego de Betsaida (8,22-26), que é paralela à do cego de Jericó, na segunda parte (10,46-52). E os autores concluem: “Tudo indica que o contraste entre os dois cegos é proposital, para fazer refletir sobre a situação dos discípulos. Em termos da simbologia de Marcos, eles têm dificuldade de operar a radical e definitiva ruptura com o Mar e a Sinagoga. São cegos. Sua cura tem sido e será, para Jesus, uma tarefa ingrata e difícil. Nela ele tem de empenhar-se com todas as suas energias, com todo o seu ‘corpo’. A visão se lhes abrirá num processo progressivo: da cegueira chegarão a ‘ver com nitidez’, mas só depois de passar por ‘grande confusão’ (Betsaida). Mas vencerá a tenacidade e a esperança. Alguém (Bartimeu) vai, formalmente, reconhecer a Jesus como ‘meu Mestre’, e vai segui-lo então pelo *caminho* que leva a Jerusalém” (p. 296).

Antes de concluir, algumas observações sobre o texto: 1) na p. 30, na metade da 3ª alínea, leia-se “O *templo* de Deus já não é mais a Casa de Deus...”, não “O povo...”; 2) na p. 42, na 4ª linha, o versículo indicado para “a figura paradisíaca de Jesus no deserto” é o v. 13, não v. 3; 3) na



p. 61, no final da 2ª alínea, em vez de “sua *vida*” deve ser “sua *vinda*”, “o momento do banquete de bodas”; 4) na p. 77, no começo da 2ª alínea, a indicação sobre o “mar da Galiléia” deve ser “210 m. abaixo do nível do Mediterrâneo”, não “21 m.”; 5) na p. 91, a citação de João na 1ª alínea deve ser 4,47-52 (?), não um impossível “Jo 47,52”; 6) na p. 96, na metade da página, deve-se ler “pelas sinagogas”, não “pela sinagoga”; 7) na p. 119, na metade da página, a “tentativa” de perdoar deve ser, provavelmente, a “iniciativa”; 8) na p. 134, no fim da 1ª alínea, valeria a pena ter citado algo do próprio texto de Is 58,1-12, não apenas a referência; 9) na p. 139, no fim da 3ª alínea, em vez de “devedor”, leia-se “cobrador”: “Deus, de doador, tornou-se *cobrador*”; 10) na p. 152, na metade da 1ª alínea, o “conhecer a Javé” é um tema mais característico de Oséias do que de Amós; 11) na p. 181, em cima, “*seu* silêncio” deveria ser explicitado: o silêncio “dos escribas”; 12) na p. 212, em baixo, a citação da 4ª estrofe deve ser v.39cd-41a, não 39cd.41a; 13) na p. 213, em cima, a citação da 3ª estrofe deve ser v.39b-41, não 38b-41; 14) na p. 214, no começo da 3ª alínea, deve ser “aquele em *quem* reside”, não “em que reside”; 14) na p. 216, no fim da 1ª alínea, leia-se “impede *de* reconhecer...”; na mesma p. 216, no final da última alínea, faltou a preposição “a”: “Continuam *a* ser sem inteligência”; 15) na p. 232, no meio da penúltima alínea, leia-se “diz *um* tempo”, não “diz bem tempo”...; 16) na p. 237, o texto de Mc 6,3 deve ser “E suas irmãs”, não “Eis suas irmãs”...; 17) na p. 239, no começo da 2ª alínea: “pensar em *carpinteiro* ou pedreiro”, não “carpintaria”; 18) na p. 256, no começo da última alínea, não vejo como o motivo do “banquete da corte” apareça em Ap 6,15 e 19,18; 19) na p. 259, o verbo “abençoou”, do texto de Mc 6,41, ficaria melhor traduzido como o faz a Bíblia da CNBB: “*pronunciou a bênção*”; 20) na p. 267, na última alínea, as citações de Dn 33,2 (!) e Hb 3,3 não conferem: em vez de Hb 3,3 leia-se Hab 3,3; 21) na p. 281, no início da primeira alínea, também não confere a citação de 12,38-40; 22) na p. 291, a expressão “esta geração” não denota, da parte de Jesus, “desprezo”, nem muito menos, “maldição”...

Terminando esta recensão, congratulo-me com os autores. Seu comentário da primeira parte de Marcos não é só “mais um” comentário, mas é uma contribuição significativa para a instrução e a vivência cristã das comunidades cristãs de hoje, no Brasil e na América Latina. Auxiliados por eles, redescobrimos que o evangelho de Marcos realmente



“corresponde às exigências fundamentais da fidelidade histórica à prática de Jesus, transmitida pela pregação apostólica, e de adaptação às necessidades concretas dos leitores aos quais o evangelista endereçou o texto”. Os comentaristas nos ajudam a perceber, nesse texto, com clareza e mordência, “a intenção de manter viva a memória de Jesus e explicitar o significado universal de sua obra redentora” (contracapa). Ficamos aguardando com ansiedade o segundo volume.

**Endereço do Recensor:**

ITESC – cx postal 5041  
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC  
email: [neybrasi@terra.com.br](mailto:neybrasi@terra.com.br)